

PREGÃO ELETRÔNICO

atualizado a partir do Decreto nº 10.024/2019

Macapá/AP 30 e 31/03/2020	Auditório do MP/AP

APRESENTAÇÃO

O funcionamento adequado e eficiente da Administração Pública depende de bons resultados nos processos de contratações, com a correta aplicação dos recursos envolvidos e otimização do tempo e dos serviços.

As novas regras implementadas pelo Decreto nº 10.024/2019 trazem significativas alterações no procedimento do pregão eletrônico, que passa a ser obrigatório estados e municípios que recebam recursos por meio das transferências voluntárias da União.

Este treinamento apresentará as melhores práticas para a execução de pregões eletrônicos, com abordagem teórica e prática, a partir da análise de casos concretos que ocorrem no cotidiano dos órgãos públicos.

A permanente capacitação dos agentes públicos se mostra essencial para a eficiência nos processos de contratação, especialmente em função da alta complexidade dos procedimentos e das mudanças normativas e jurisprudenciais das Cortes de Contas.

OBJETIVO

CAPACITAR os participantes para compreenderem as regras do Pregão em sua forma eletrônica, observando as alterações introduzidas pelo Decreto nº 10.024/2019, de modo que sejam capazes de cumprir o procedimento legal adequado, planejar a licitação, julgar as propostas, julgar a habilitação, conduzir a fase de lances, aplicar critérios de desempate e declarar o vencedor do certame.

PÚBLICO ALVO

Pregoeiros, membros da equipe de apoio e de comissões de licitação. Procuradores e assessores jurídicos. Servidores que atuam no planejamento e organização dos processos de contratações públicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Visão sistêmica da Contratação Pública: 1.1. Síntese dos procedimentos da Contratação Pública. 1.1.1. Planejamento. 1.1.2. Necessidade. 1.1.2.1. Requerimento. 1.1.2.2. Termo de Referência e Projeto Básico. 1.1.2.3. Definições Orçamentárias e Financeiras. 1.1.2.4. Elaboração do Instrumento Convocatório (Edital) – Controle preventivo da área jurídica – Publicação. 1.1.2.5. Procedimento licitatório. 1.1.2.6. Contrato. 1.1.2.7. Execução. 1.1.2.8. Controle. 1.2. Normas sobre licitações – modalidades e tipos. 1.2.1. Modalidades e tipos. 1.2.2. Modalidades – Conceitos: Artigo 22, Lei nº 8.666/93. 1.2.3. Tipos licitatórios. 1.3. Dispensa e Inexigibilidade de licitação. 1.4. Projeto Básico e Termo de Referência. 1.4.1. Semelhanças e diferenças entre Projeto Básico e Termo de Referência. 1.4.2. Importância: Base para um bom edital. 1.4.3. Responsabilidade pela elaboração e necessidade de aprovação.

2. O que é o Pregão: 2.1. Formas de realizar. 2.2. Pregão Presencial e Eletrônico. 2.3. Base Legal. 2.4. Responsabilidade do Pregoeiro e da Autoridade Competente. 2.5. Procedimentos da Sessão Pública Presencial e Eletrônica. 2.6. O que é vedado ao Pregão. 2.7. Pedidos de Esclarecimentos e Prazos de Interposição de Recursos. 2.8. Vantagens e desvantagens do Pregão. 2.9. Obrigatoriedade de uso do Pregão Eletrônico para as aquisições de bens e serviços comuns na forma do NOVO Decreto n° 10.024/19. 2.10. Como contratar bens e serviços comuns, por pregão, na forma eletrônica, pelo menor preço, mas de boa qualidade.

3. Fase de Planejamento do Novo Pregão Eletrônico: 3.1. Estudos Técnicos Preliminares. 3.2.

Desnecessidade de publicação no diário oficial para convenentes. 3.3. Adequação do Termo de Referência às novas regras. 3.3.1. Modo de disputa: aberto e aberto/fechado. 3.3.2. Inserção e sigilo dos documentos de habilitação. 3.3.3. Fechamento da etapa de lances.

4. Alterações relevantes no procedimento do Pregão Eletrônico (Decreto nº 10.024/2019): 4.1. Obrigatoriedade do pregão eletrônico. 4.2. Cotação eletrônica. 4.3. Obrigatoriedade de capacitação dos agentes envolvidos na licitação. 4.4. Designação do pregoeiro e equipe de apoio. 4.5. Dispensa da publicação em jornais particulares. 4.6. Apresentação simultânea da Proposta e da habilitação. 4.7. Impugnações, esclarecimentos e avisos. 4.7.1. Caráter vinculante da impugnação e dos pedidos de esclarecimento quanto às respostas. 4.8. Sessão pública. 4.9. Exame preliminar das propostas. 4.10. Fase de lances. 4.11. Desconexão do Pregoeiro e do Licitante. 4.12. Julgamento das propostas. 4.13. Negociação. 4.14. Declaração do licitante vencedor. 4.15. Recursos. 4.16. Ata Circunstanciada. 4.17. Adjudicação. 4.18. Homologação. 4.19. Sanções administrativas.

5. Oficina prática de elaboração dos instrumentos do Pregão Eletrônico.

6. Jurisprudência do TCU e estudos de casos.

PROFESSOR

ARLLINGTON CAMPOS SOUSA



Advogado. Especialista em Direito Público e Doutorando em Ciências Jurídicas. Consultor jurídico há mais de 10 anos na área de Licitações e Contratos Administrativos. Atuou como Presidente de Comissões de Licitação e como membro de Equipe de Apoio em Pregões. Professor de cursos e treinamentos para servidores públicos. Professor de Pós-Graduação em Direito Público. Instrutor da Escola de Administração Fazendária (ESAF) e Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Atuou na Coordenação-Geral de Logística, Convênios e Contratos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e na Coordenação Geral de Licitações, Contratos e Convênios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Pesquisador do INEP. Autor do livro "Licitações e Contratos Administrativos passo a passo para Municípios (Incluindo o Pregão) – Teoria e Prática" (Editora Líder. Belo Horizonte/MG).

INVESTIMENTO

INSCRIÇÃO: R$ 2.550,00*
*Valor Promocional: **R$2.100,00** (a partir de 05 inscrições realizadas pelo mesmo órgão).

CARGA HORÁRIA: 16h

- ✓ Apostila do Curso
- ✓ Material de apoio *(pasta, caneta, lápis, borracha, marca texto e bloco de anotações)*
- ✓ 04 *Coffee breaks*
- ✓ Certificado *(frequência mínima de 75%)*

PAGAMENTO: Nota de Empenho ou Depósito em Conta Corrente

INSTITUTO GESTÃO PÚBLICA EIRELI
CNPJ nº 25.100.085/0001-00
Rua Jovino Dinoá nº 1993, sala A, Centro
Macapá-AP - CEP: 68.900-075

Itaú
BANCO 341
AGÊNCIA 8529
CONTA 28509-3

INFORMAÇÕES

www.igp-brasil.com *eventos@igp-brasil.com*

(96) **98103-2400** (96) **99182-1020**

IGP-Brasil